

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2022

**PGE - Amazonas**

1º Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal Permanente Assistente Procuratorial

Nome do Candidato

Caderno de Prova '11', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O ser humano deve buscar compreender a si mesmo para progredir.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

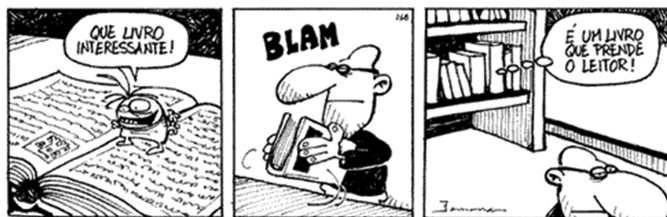
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Examine a tirinha de Fernando Gonsales para responder às questões de números 1 e 2.



(Disponível em: <https://recantodaspalavras.wordpress.com>)

1. Contribui também para o efeito de humor da tirinha o recurso à seguinte figura de linguagem:

- (A) hipérbole.
- (B) personificação.
- (C) eufemismo.
- (D) antítese.
- (E) pleonasma.

2. Para obter seu efeito de humor, a tirinha explora a ambiguidade do seguinte termo:

- (A) leitor.
- (B) interessante.
- (C) livro.
- (D) prende.
- (E) é.

Atenção: Leia a crônica “Cobrança”, de Moacyr Scliar, para responder às questões de números 3 a 8.

1. “Cobrador usa intimidação como estratégia. Empresas de cobrança usam técnicas abusivas, como tornar pública a dívida.” (Cotidiano, 10.09.2001)
2. Ela abriu a janela e ali estava ele, diante da casa, caminhando de um lado para outro. Carregava um cartaz, cujos dizeres atraíam a atenção dos passantes: “Aqui mora uma devedora inadimplente.”
3. – Você não pode fazer isso comigo – protestou ela.
4. – Claro que posso – replicou ele. – Você comprou, não pagou. Você é uma devedora inadimplente. E eu sou cobrador. Por diversas vezes tentei lhe cobrar, você não pagou.
5. – Não paguei porque não tenho dinheiro. Esta crise...
6. – Já sei – ironizou ele. – Você vai me dizer que por causa daquele ataque lá em Nova York seus negócios ficaram prejudicados. Problema seu, ouviu? Problema seu. Meu problema é lhe cobrar. E é o que estou fazendo.
7. – Mas você podia fazer isso de uma forma mais discreta...
8. – Negativo. Já usei todas as formas discretas que podia. Falei com você, expliquei, avisei. Nada. Você fazia de conta que nada tinha a ver com o assunto. Minha paciência foi se esgotando, até que não me restou outro recurso: vou ficar aqui, carregando este cartaz, até você saldar sua dívida.
9. Neste momento começou a chover.
10. – Você vai se molhar – advertiu ela. – Vai acabar ficando doente.
11. Ele riu, amargo:
12. – E daí? Se você está preocupada com minha saúde, pague o que deve.
13. – Posso lhe dar um guarda-chuva...
14. – Não quero. Tenho de carregar o cartaz, não um guarda-chuva.
15. Ela agora estava irritada:
16. – Acabe com isso, Aristides, e venha para dentro. Afinal, você é meu marido, você mora aqui.
17. – Sou seu marido – retrucou ele – e você é minha mulher, mas eu sou cobrador profissional e você, devedora. Eu a avisei: não compre essa geladeira, eu não ganho o suficiente para pagar as prestações. Mas não, você não me ouviu. E agora o pessoal lá da empresa de cobrança quer o dinheiro. O que quer você que eu faça? Que perca meu emprego? De jeito nenhum. Vou ficar aqui até você cumprir sua obrigação.
18. Chovia mais forte, agora. Borrada, a inscrição tornara-se ilegível. A ele, isso pouco importava: continuava andando de um lado para outro, diante da casa, carregando o seu cartaz.

(Adaptado de: SCLIAR, Moacyr. **O imaginário cotidiano**. São Paulo: Global, 2002)

3. Em relação aos apelos da mulher, Aristides mostra-se

- (A) desconfiado.
- (B) envergonhado.
- (C) inflexível.
- (D) reticente.
- (E) compassivo.



4. Em *Aqui mora uma devedora inadimplente*. (2º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:
- (A) *Ela agora estava irritada*. (15º parágrafo).
 - (B) *Chovia mais forte, agora*. (18º parágrafo).
 - (C) *Você é uma devedora inadimplente*. (4º parágrafo).
 - (D) *Neste momento começou a choviscar*. (9º parágrafo).
 - (E) – *Posso lhe dar um guarda-chuva...* (13º parágrafo).
-

5. *Empresas de cobrança usam técnicas abusivas, como tornar pública a dívida* (1º parágrafo).

No trecho acima, o termo sublinhado introduz

- (A) uma condição.
 - (B) uma justificativa.
 - (C) um conselho.
 - (D) uma comparação.
 - (E) um exemplo.
-
6. *Chovia mais forte, agora. Borrada, a inscrição tornara-se ilegível. A ele, isso pouco importava: continuava andando de um lado para outro, diante da casa, carregando o seu cartaz*. (18º parágrafo).

No trecho acima, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *carregando*.
 - (B) *Chovia*.
 - (C) *tornara*.
 - (D) *importava*.
 - (E) *continuava*.
-

7. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse (ou seja, a omissão) de um verbo em:

- (A) – *Sou seu marido – retrucou ele – e você é minha mulher, mas eu sou cobrador profissional e você, devedora*. (17º parágrafo).
 - (B) *A ele, isso pouco importava: continuava andando de um lado para outro, diante da casa, carregando o seu cartaz*. (18º parágrafo).
 - (C) – *E daí? Se você está preocupada com minha saúde, pague o que deve*. (12º parágrafo).
 - (D) – *Você comprou, não pagou*. (4º parágrafo).
 - (E) – *Acabe com isso, Aristides, e venha para dentro. Afinal, você é meu marido, você mora aqui*. (16º parágrafo).
-

8. “*Empresas de cobrança usam técnicas abusivas*” (1º parágrafo).

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) é usado.
- (B) foi usado.
- (C) são usados.
- (D) foram usadas.
- (E) são usadas.



Atenção: Leia o trecho do romance **Quincas Borba**, de Machado de Assis, para responder às questões de números 9 a 16.

1. *Este Quincas Borba, se acaso me fizeste o favor de ler as **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, é aquele mesmo náufrago da existência, que ali aparece, mendigo, herdeiro inopinado, e inventor de uma filosofia. Aqui o tens agora em Barbacena. Logo que chegou, enamorou-se de uma viúva, senhora de condição mediana e parcos meios de vida; mas, tão acanhada, que os suspiros do namorado ficavam sem eco. Chamava-se Maria da Piedade. Um irmão dela, que é o presente Rubião, fez todo o possível para casá-los. Piedade resistiu, um pleuris a levou.*
2. *Foi esse trechozinho de romance que ligou os dois homens. Saberias Rubião que o nosso Quincas Borba trazia aquele grãozinho de sandice, que um médico supôs achar-lhe? Seguramente, não; tinha-o por homem esquisito. É, todavia, certo que o grãozinho não se despegou do cérebro de Quincas Borba, – nem antes, nem depois da moléstia que lentamente o comeu. Quincas Borba tivera ali alguns parentes, mortos já agora em 1867; o último foi o tio que o deixou por herdeiro de seus bens. Rubião ficou sendo o único amigo do filósofo. Regia então uma escola de meninos, que fechou para tratar do enfermo. Antes de professor, metera ombros a algumas empresas, que foram a pique.*
3. *Durou o cargo de enfermeiro mais de cinco meses, perto de seis. Era real o desvelo de Rubião, paciente, risonho, múltiplo, ouvindo as ordens do médico, dando os remédios às horas marcadas, saindo a passeio com o doente, sem esquecer nada, nem o serviço da casa, nem a leitura dos jornais, logo que chegava a mala da Corte ou a de Ouro Preto.*
4. – *Tu és bom, Rubião, suspirava Quincas Borba.*
5. – *Grande façanha! Como se você fosse mau!*
6. *A opinião ostensiva do médico era que a doença do Quincas Borba iria saindo devagar. Um dia, o nosso Rubião, acompanhando o médico até à porta da rua, perguntou-lhe qual era o verdadeiro estado do amigo. Ouvia que estava perdido, completamente perdido; mas, que o fosse animando. Para que tornar-lhe a morte mais aflitiva pela certeza...?*
7. – *Lá isso, não, atalhou Rubião; para ele, morrer é negócio fácil. Nunca leu um livro que ele escreveu, há anos, não sei que negócio de filosofia...*
8. – *Não; mas filosofia é uma coisa, e morrer de verdade é outra; adeus.*

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

9. A opinião ostensiva do médico era que a doença do Quincas Borba iria saindo devagar (6º parágrafo).

O termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido original, por:

- (A) manifesta
 - (B) resignada
 - (C) encoberta
 - (D) sincera
 - (E) pessimista
-
10. No 1º parágrafo, o narrador destaca a seguinte característica de Maria da Piedade: sua
- (A) ingenuidade.
 - (B) impulsividade.
 - (C) melancolia.
 - (D) timidez.
 - (E) hipocrisia.
-
11. Implícita à afirmação do médico de que *filosofia é uma coisa, e morrer de verdade é outra* (8º parágrafo) está a oposição entre
- (A) teoria e prática.
 - (B) razão e loucura.
 - (C) brutalidade e delicadeza.
 - (D) liberdade e submissão.
 - (E) comprometimento e descaso.



12. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *Para que tornar-lhe a morte mais aflitiva* (6º parágrafo).
(B) *Antes de professor, metera ombros a algumas empresas* (2º parágrafo).
(C) *Rubião ficou sendo o único amigo do filósofo*. (2º parágrafo).
(D) *certo que o grãozinho não se despegou do cérebro de Quincas Borba* (2º parágrafo).
(E) *o último foi o tio que o deixou por herdeiro de seus bens*. (2º parágrafo).
-
13. O narrador dirige-se diretamente a seu leitor no seguinte trecho:
- (A) – *Grande façanha! Como se você fosse mau!* (5º parágrafo).
(B) *Rubião ficou sendo o único amigo do filósofo*. (2º parágrafo).
(C) *Chamava-se Maria da Piedade*. (1º parágrafo).
(D) *Aqui o tens agora em Barbacena*. (1º parágrafo).
(E) – *Tu és bom, Rubião, suspirava Quincas Borba*. (4º parágrafo).
-
14. *É, todavia, certo que o grãozinho não se despegou do cérebro de Quincas Borba* (2º parágrafo).
O termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido original, por:
- (A) nesse caso
(B) contudo
(C) por isso
(D) além disso
(E) portanto
-
15. *Saberia Rubião que o nosso Quincas Borba trazia aquele grãozinho de sandice, que um médico supôs achar-lhe?* (2º parágrafo).
Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) *um médico* e *grãozinho de sandice*.
(B) *Quincas Borba* e *Rubião*.
(C) *Quincas Borba* e *grãozinho de sandice*.
(D) *grãozinho de sandice* e *Rubião*.
(E) *grãozinho de sandice* e *Quincas Borba*.
-
16. • *Quincas Borba trazia aquele grãozinho de sandice* (2º parágrafo).
• *nem antes, nem depois da moléstia que lentamente o comeu*. (2º parágrafo).
• *Regia então uma escola de meninos, que fechou para tratar do enfermo*. (2º parágrafo).
Os termos sublinhados acima estão empregados, respectivamente, em sentido
- (A) figurado, figurado e figurado.
(B) literal, figurado e literal.
(C) figurado, figurado e literal.
(D) figurado, literal e literal.
(E) literal, literal e figurado.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

17. Caio deve 40 reais para Maria. Então Maria pega emprestado 50 reais de Caio. Mais tarde, Caio empresta para Maria 60 reais. Supondo que estas foram as únicas operações monetárias entre eles, podemos afirmar que
- (A) Caio deve 70 reais a Maria.
(B) Caio deve 40 reais a Maria.
(C) Maria deve 60 reais a Caio.
(D) Caio deve 10 reais a Maria.
(E) Maria deve 70 reais a Caio.



18. Beatriz quer escrever um número inteiro de 1 a 4 em cada um dos quadradinhos de um tabuleiro 4×4 , de tal forma que não haja números repetidos na mesma linha ou na mesma coluna. A figura abaixo mostra alguns números que ela já escreveu.

1			3
	2		
			4
		3	

Se Beatriz terminar de preencher o tabuleiro corretamente, a soma dos números que estarão nos quadradinhos destacados será:

- (A) 5
(B) 6
(C) 7
(D) 8
(E) 9
19. Cada símbolo representa um número e símbolos diferentes representam números diferentes.

Sabe-se que:

$$\rho + \rho + \rho = 33$$

$$\rho + \Delta + \Delta = 21$$

$$\Delta + \rho + \beta = 19$$

O valor de $\beta + \rho - \Delta$ é:

- (A) 6
(B) 7
(C) 8
(D) 9
(E) 10
20. Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 5
(B) 3
(C) 4
(D) 7
(E) 6
21. Um quadriculado 2×2 é preenchido com números do conjunto $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$, sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos $32 + 01 + 30 + 21 = 84$.

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 339
(B) 357
(C) 348
(D) 396
(E) 354



22. A tabela abaixo apresenta o consumo de energia da família Silva entre os meses de junho de 2020 e dezembro de 2021.

Consumo mensal da Família Silva	
Mês/Ano	Consumo em kWh
jun/20	538
jul/20	537
ago/20	538
set/20	909
out/20	618
nov/20	604
dez/20	574
jan/21	620
fev/21	565
mar/21	560
abr/21	603
mai/21	529
jun/21	600
jul/21	563
ago/21	568
set/21	582
out/21	540
nov/21	559
dez/21	573

De acordo com os dados constantes da tabela, é correto afirmar:

- (A) O menor consumo ocorreu em jun/20.
- (B) Considerando os meses de dezembro, janeiro e fevereiro como verão, nota-se que os três menores consumos ocorrem no verão.
- (C) O consumo médio de 2021 está acima de 700 kWh.
- (D) O consumo mediano dos valores apresentados na tabela, isto é, de jun/20 até dez/21 é 568 kWh.
- (E) O maior consumo ocorreu em jun/21.

23. Em um jogo de futebol o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor 0. Se houver empate, cada time ganha 1 ponto. As equipes A, B, C e D jogaram um torneio em que cada uma delas jogou exatamente uma vez contra a outra. Ao final do torneio, a equipe A obteve 7 pontos e as equipes B e C obtiveram 4 pontos cada uma. O número de pontos que a equipe D obteve foi:

- (A) 2
- (B) 0
- (C) 1
- (D) 4
- (E) 3

Conhecimentos Básicos em Informática

24. Usando o Microsoft Office 2010 ou superior, em Português, e em condições normais de funcionamento e configuração, um Assistente criou um texto em um arquivo Word, com letras artísticas que podem ser escolhidas em um painel quando, no grupo *Texto* do menu *Inserir*, for selecionada a opção:

- (A) Texto artístico a partir de.
- (B) Inserir WordArt.
- (C) Caixa de texto especial.
- (D) Objeto de desenho.
- (E) Inserir Letras especiais.

25. Trabalhando em condições normais de funcionamento e configuração de rede de comunicação, um Assistente percebeu que não podia acessar do computador de sua casa, pela internet, algumas páginas exclusivas do órgão público em que trabalha, por serem propositalmente bloqueadas para uso externo (acesso que ele normalmente realiza quando utiliza os computadores do órgão público). Por questões de política organizacional, essa exclusividade se deve ao fato de a organização limitar o acesso a estas páginas

- (A) aos diretores da organização.
- (B) ao público não funcionário da organização.
- (C) a quem tem computador do tipo servidor de arquivos.
- (D) à intranet corporativa.
- (E) aos modems com *wi-fi* corporativo.



26. Um Assistente recebeu um *e-mail* de um amigo confiável com um arquivo executável anexo.
- O Assistente
- (A) deve submetê-lo a um *antimalware* confiável antes de executá-lo, a fim de manter a segurança em seu computador.
 - (B) pode executá-lo sem restrições, pois conhece a boa reputação do remetente do *e-mail*.
 - (C) pode repassar o *e-mail* a outros amigos, no ato do recebimento, porque o *e-mail* é proveniente de fonte segura e de boa reputação.
 - (D) pode executar esses arquivos sempre que tiverem seus nomes precedidos pelo caractere @, pois tais arquivos são garantidos por Certificação Digital.
 - (E) pode executar esses arquivos sempre que tiverem seus nomes precedidos pelo caractere \$, pois tais arquivos são garantidos pelo Comitê Gestor de Internet.
-
27. Utilizando o Microsoft Office 2010 ou superior, em Português, e em condições normais de funcionamento e configuração, um Assistente criou uma planilha Excel com duas colunas: uma com categoria de animal e outra com tipo de animal, exemplo: categoria: *mamífero*, tipo: *gato*, categoria: *inseto*, tipo: *grilo* e assim por diante.
- Uma forma de exibir as colunas contendo somente os tipos de animal de uma categoria específica é utilizar uma função aplicada às colunas que é:
- (A) Exibir específico.
 - (B) Definir tipo.
 - (C) Filtro.
 - (D) Exibir exclusivo.
 - (E) Classificar.
-
28. No sistema operacional Windows 10, funcionando em condições normais, pode-se obter informações de desempenho do computador, tais como uso de CPU e Memória, em uma aba do
- (A) Gestor da Barra de Tarefas.
 - (B) Exibidor de *Performance*.
 - (C) Gerenciador de Arquivos.
 - (D) Explorador de Tarefas.
 - (E) Gerenciador de Tarefas.
-
29. Um Assistente quer navegar no Google Chrome, porém não quer deixar registrado o histórico de navegação, *cookies* e informações eventualmente informadas em formulários.
- Para isto ele deve clicar
- (A) nos três pontos verticais no canto superior direito do navegador e escolher *Nova janela anônima*.
 - (B) no corpo da página e escolher *Não exibir código fonte da página*.
 - (C) no corpo da página com o botão direito do mouse e escolher *Navegar anonimamente*.
 - (D) nos três pontos verticais no canto superior direito do navegador e escolher *Navegar sem rastros*.
 - (E) no corpo da página com o botão direito do mouse e escolher *Sigilo de navegação*.
-
30. Na computação em nuvem, as empresas podem usar recursos compartilhados de computação e armazenamento, ao invés de criar, operar e melhorar a infraestrutura por conta própria. É um modelo que permite os seguintes recursos:
- I. Os provedores de serviços em nuvem podem ativar um modelo de pagamento conforme o uso, em que os clientes são cobrados com base no tipo de recursos e por uso.
 - II. Os usuários podem provisionar e liberar recursos sob demanda.
 - III. O redimensionamento automático para cima ou para baixo é bloqueado por medidas de segurança. Essa operação é de responsabilidade exclusiva da contratada.
 - IV. Os recursos são acessíveis em uma rede com segurança adequada.
- Estão corretos os recursos que constam APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Considere as seguintes competências dos entes da federação:

- I. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- II. Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
- III. Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- IV. Legislar sobre nacionalidade, cidadania e naturalização.
- V. Legislar sobre organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o que consta APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) III, IV e V.

32. Constantino estava regando as plantas no jardim de sua moradia, em uma manhã de domingo, quando começou a passar mal. Rafael, que transitava na frente do imóvel, assistiu à cena e imediatamente adentrou na casa para prestar socorro a Constantino. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Rafael

- (A) não agiu corretamente, pois, durante o dia, apenas por determinação judicial é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- (B) não agiu corretamente, pois apenas em caso de desastre é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- (C) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- (D) não agiu corretamente, pois apenas em caso de flagrante delito é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador.
- (E) agiu corretamente, pois é permitido penetrar na casa sem o consentimento do morador para prestar socorro.

33. Um grupo liderado por Saulo pretende reunir-se em uma praça aberta ao público para se manifestar a respeito de uma questão que entende ser de interesse de toda a população. De acordo com a Constituição Federal, essa reunião poderá acontecer pacificamente,

- (A) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente, inclusive sobre o uso de armas, para que o direito à segurança seja garantido.
- (B) sem armas, independentemente de autorização, desde que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- (C) sem armas, desde que haja autorização da autoridade competente.
- (D) sem armas, independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) sem armas, não sendo exigidos autorização e prévio aviso à autoridade competente, independentemente de frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, pois o direito à reunião é um direito fundamental de todos.

34. Nicolas tem 14 anos de idade e está buscando seu primeiro emprego. Em conformidade com a Constituição Federal, Nicolas

- (A) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 18 anos de idade.
- (B) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, diurno ou noturno, sendo, porém, proibido o trabalho perigoso ou insalubre.
- (C) pode realizar qualquer trabalho, urbano ou rural, e não apenas na condição de aprendiz, sendo, porém, proibido o trabalho noturno.
- (D) está proibido de trabalhar, salvo na condição de aprendiz.
- (E) não pode realizar qualquer trabalho, uma vez que é permitido o trabalho, inclusive na condição de aprendiz, somente a partir dos 16 anos de idade.



35. Suponha-se que, observados os requisitos pertinentes, seja admitida a acusação contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República
- (A) será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
 - (B) continuará a exercer suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal até que sobrevenha sentença condenatória.
 - (C) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) ficará suspenso de suas funções apenas se, após o prazo de 180 dias contados da instauração do processo, o julgamento não for concluído.
-
36. Antônio é servidor público ocupante de cargo da Administração direta estadual e Bruno é servidor público ocupante de cargo da Administração autárquica estadual. Ambos exercerão mandato eletivo estadual. De acordo com a Constituição Federal, durante o exercício do mandato,
- (A) Antônio e Bruno ficarão afastados de seus respectivos cargos.
 - (B) nenhum dos dois será afastado de seu cargo, se houver compatibilidade de horários, sem prejuízo de remuneração do mandato eletivo.
 - (C) apenas Antônio ficará afastado de seu cargo.
 - (D) apenas Bruno ficará afastado de seu cargo.
 - (E) nenhum dos dois ficará afastado de seu cargo, tendo em vista que ambos são servidores públicos estaduais e exercerão mandato eletivo estadual.
-
37. Carlos Eduardo será nomeado servidor público para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Atendidas as demais condições, de acordo com a Constituição Federal, Carlos Eduardo adquirirá estabilidade após
- (A) dois anos de efetivo exercício e, sendo estável, perderá o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (B) três anos de efetivo exercício e, sendo estável, perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (C) dois anos de efetivo exercício e, sendo estável, perderá o cargo: em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (D) cinco anos de efetivo exercício e, sendo estável, perderá o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - (E) três anos de efetivo exercício e, sendo estável, perderá o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
-
38. Fúlvio é juiz aposentado há dois anos e pretende exercer a advocacia. De acordo com a Constituição Federal, Fúlvio
- (A) poderá exercê-la imediatamente, em qualquer juízo ou tribunal, em razão do decurso do tempo mínimo exigido entre o afastamento do cargo por aposentadoria e o exercício da advocacia.
 - (B) não poderá exercê-la no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
 - (C) não poderá exercê-la, em nenhuma hipótese, por ser a prática da advocacia vedada àqueles que exerceram o cargo de juiz, independentemente da data da aposentadoria ou exoneração.
 - (D) poderá exercê-la imediatamente, em qualquer juízo ou tribunal, uma vez que seu afastamento do cargo se deu em razão de aposentadoria e não de exoneração.
 - (E) não poderá exercê-la no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
-
39. O Presidente da República propôs uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional. Nessa situação, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) sendo a ação proposta pelo Presidente da República, não há necessidade de ouvir previamente o Procurador-Geral da República. Declarada a inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
 - (B) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido. Declarada a inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
 - (C) sendo a ação proposta pelo Presidente da República, não há necessidade de ouvir previamente o Procurador-Geral da República. Declarada a inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.
 - (D) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido. Declarada a inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
 - (E) o Advogado-Geral da União deverá ser previamente ouvido. Declarada a inconstitucionalidade, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em noventa dias.



40. Emerson é membro do Ministério Público Federal e deseja ocupar o cargo de Procurador-Geral da República. Para que Emerson possa se tornar o chefe do Ministério Público da União, de acordo com a Constituição Federal, é necessário que ele tenha, no mínimo,
- (A) trinta anos de idade e seja nomeado pelo Presidente da República após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, proibida a recondução.
 - (B) trinta e cinco anos de idade e seja nomeado pelo Procurador-Geral da República após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, proibida a recondução.
 - (C) trinta anos de idade e seja nomeado pelo Presidente da República após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (D) trinta e cinco anos de idade e seja nomeado pelo Presidente da República após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (E) trinta anos de idade e seja nomeado pelo Procurador-Geral da República após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública

41. Considere que determinada empresa contratada pelo Estado do Amazonas para a execução de uma importante obra de infraestrutura tenha identificado dificuldade na execução do objeto contratado em razão de inadequação do projeto disponibilizado juntamente com os documentos da licitação. Diante de tal situação,
- (A) embora não seja possível a alteração do projeto original, afigura-se viável o aditamento do contrato para inclusão de medidas corretivas, cujos valores correspondentes não poderão superar 25% do valor global atualizado do contrato original.
 - (B) somente é possível a alteração do projeto, que constitui documento vinculante na licitação, caso comprovada inequívoca falha técnica na sua elaboração e após adotado o necessário procedimento administrativo de invalidação e apuração de responsabilidade.
 - (C) é possível a alteração unilateral do contrato pela Administração Pública, com modificação do projeto ou de suas especificações para melhor adequação técnica a seus objetivos, sendo necessária a apuração de responsabilidade pela falha do projeto e a adoção de medidas de ressarcimento dos prejuízos causados à Administração Pública.
 - (D) é possível a alteração do projeto ou de suas especificações, necessariamente por consenso entre as partes contratantes, e desde que não haja alteração da equação econômico-financeira original do contrato.
 - (E) cabe ao contratado executar, às suas expensas, a alteração do projeto original e submetê-la à contratante, que poderá anuir com a modificação desde que não importe em reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do objeto.
-
42. Suponha que determinado agente público tenha outorgado permissão de uso de um imóvel pertencente à Administração Pública, indicando, como motivo exclusivo para tal ato, a necessidade de obras de emergência não passíveis de serem arcadas com os recursos orçamentários disponíveis. Nesse contexto, a permissão foi outorgada em caráter precário e não oneroso, atribuindo ao particular apenas a obrigação de manutenção do imóvel em condições de uso e segurança. Subsequentemente, restou comprovado que tais obras não eram sequer necessárias e que o imóvel estava em perfeito estado de conservação e poderia, inclusive, ser utilizado para instalação de um posto de saúde. Referido ato administrativo
- (A) deve ser revogado por vício de finalidade, salvo se convalidado pela autoridade que o prolatou.
 - (B) somente poderá ser mantido se convalidado pela autoridade superior àquela que o prolatou.
 - (C) é passível de anulação pela autoridade superior à prolatora do ato, por razões de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
 - (D) pode ser anulado judicialmente, dada a natureza vinculada do ato e a ocorrência de desvio de finalidade.
 - (E) pode ser desconstituído judicialmente, por vício de motivo, não obstante seu caráter discricionário.
-
43. A atuação da Administração Pública fundada no poder disciplinar tem como característica
- (A) a incidência sobre as pessoas que mantenham vínculo com a Administração Pública, não apenas funcional, mas também abrangendo aqueles que com esta contratam.
 - (B) o caráter hierárquico, voltado à adoção de ações corretivas, não abrangendo aplicação de medidas sancionatórias.
 - (C) o caráter vinculado, com a ausência de grau de discricionariedade na dosimetria das sanções aplicáveis.
 - (D) a aplicação de medidas restritivas aos administrados em geral, desde que previstas em lei, sendo dotada de autoexecutoriedade.
 - (E) a aplicação exclusivamente a pessoas ligadas à Administração Pública por vínculo funcional, ensejando a imposição de sanções por infrações administrativas e penais.



44. Suponha que, no âmbito de processo de ajuste fiscal e reforma administrativa no Estado do Amazonas, tenham sido extintos alguns órgãos da Administração direta. De acordo com o regramento estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei nº 1.762/1986), os servidores ocupantes de cargos efetivos, extintos concomitantemente aos respectivos órgãos,
- (A) serão colocados em disponibilidade, se estáveis, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, acrescidos das vantagens incorporáveis à data da inativação e do salário-família.
 - (B) não poderão ser realocados ou removidos, em razão da extinção do cargo de origem, operando-se o rompimento do vínculo com indenização proporcional ao tempo de serviço.
 - (C) serão aposentados compulsoriamente, com proventos integrais, salvo se possível o reaproveitamento em outro cargo com atribuições similares ao cargo de origem.
 - (D) terão suas atribuições realocadas em outros órgãos da Administração Pública, mediante reaproveitamento, podendo optar pela aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (E) serão removidos de ofício para outros cargos ou funções similares, fazendo jus à remuneração da nova posição, desde que não superior àquela do cargo de origem.
-
45. Suponha que o Estado do Amazonas necessite controlar o gerenciamento de obras que serão executadas com recursos federais, repassados ao Estado mediante convênio. Para tal escopo, pretende contratar, com dispensa de licitação, entidade especializada integrante da Administração Pública. Tal conduta seria, nos termos da Lei nº 14.133/2021,
- (A) vedada, eis que tal hipótese de dispensa foi expressamente revogada, cabendo, contudo, inexigibilidade caso se trate de serviços técnicos especializados.
 - (B) lícita, desde que a entidade tenha sido criada para tal fim e o preço contratado seja compatível com o de mercado.
 - (C) lícita, apenas se a entidade for integrante da Administração Pública Federal.
 - (D) vedada, eis que transferências voluntárias recebidas mediante convênios afastam a possibilidade de contratação para execução do objeto do convênio.
 - (E) lícita, apenas se a entidade for integrante da Administração Pública Federal e a previsão conste expressamente do convênio.
-
46. No que concerne às entidades integrantes da Administração Pública indireta, é correto afirmar que empresas públicas e sociedades de economia mista
- (A) são, ambas, sujeitas ao regime jurídico de direito público, parcialmente derogado por normas de direito privado relativas a regime tributário e trabalhista, dotadas de imunidade em relação ao seu patrimônio e renda.
 - (B) atuam no mercado em caráter subsidiário à iniciativa privada, tendo como traço distintivo a personalidade jurídica de direito público atribuída às empresas públicas, cuja presença é reservada a setores monopolistas.
 - (C) possuem, como traço distintivo, a atuação da primeira na prestação de serviços públicos, enquanto apenas às segundas é possível conferir autorização legal para exploração de atividade econômica.
 - (D) dependem, ambas, de autorização legislativa para serem instituídas e, quando atuam em regime de competição com a iniciativa privada, tal instituição somente é possível se identificado relevante interesse coletivo ou imperativos de segurança nacional.
 - (E) são instituídas de forma diversa, sendo as empresas públicas criadas por lei, para exploração de atividades que envolvam imperativos de segurança nacional, e as sociedades de economia mista instituídas nos termos da legislação societária.
-
47. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, que rege o procedimento de licitação e contratação da Administração Pública, o credenciamento
- (A) é um sucedâneo do procedimento licitatório, aplicável para contratação de serviços contínuos de pouca complexidade técnica e cujo valor não ultrapasse o limite para a modalidade convite.
 - (B) insere-se entre os procedimentos auxiliares, podendo ser utilizado, entre outras hipóteses, quando se mostre viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
 - (C) constitui modalidade de licitação aplicável para prestação de serviços técnicos por pessoas físicas, quando não verificada hipótese de inexigibilidade em razão de notória especialização.
 - (D) somente é admissível nas hipóteses de dispensa de licitação, tendo por escopo assegurar a observância dos princípios da isonomia, da publicidade e o caráter competitivo do procedimento de escolha.
 - (E) constitui procedimento licitatório aplicável para a escolha da melhor oferta quando se tratar de serviço de natureza comum ou fornecimento de bens padronizados para entrega imediata.
-
48. A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da
- (A) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.
 - (B) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.
 - (C) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.
 - (D) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.
 - (E) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.



49. De acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas (PGE-AM), a representação judicial de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público
- (A) é expressamente vedada, salvo em demandas nas quais o dirigente da autarquia esteja no pólo passivo.
 - (B) poderá ser assumida pela PGE-AM sempre que o interesse público o exigir, independentemente de convênio de delegação.
 - (C) é privativa da PGE-AM, vedada a representação por advogados contratados ou servidores da autarquia.
 - (D) somente poderá ser feita por procuradores do estado se editada resolução específica, sem prejuízo da coordenação e edição de diretrizes técnicas a cargo da PGE-AM.
 - (E) constitui medida excepcional, somente admitida quando se tratar de matéria em que todo o corpo jurídico da autarquia possua conflito de interesses.
-
50. Suponha que um Secretário de Estado deseje outorgar a servidor integrante da Pasta a competência para celebrar operações de crédito, competência essa que lhe foi delegada pelo Chefe do Executivo por ato específico. De acordo com a disciplina estabelecida para a matéria, conforme Lei Estadual nº 2.794/2003, que rege o processo administrativo,
- (A) é possível a delegação, sem prejuízo da manutenção das competências originárias, sendo indelegáveis apenas competências para edição de atos normativos.
 - (B) não se afigura possível qualquer delegação de competência a autoridade hierarquicamente inferior àquele à qual foi atribuída a competência originária.
 - (C) a medida não será possível, eis que competências conferidas por delegação não podem ser atribuídas a terceiros, salvo autorização expressa no ato de delegação original.
 - (D) a delegação importaria renúncia da competência originalmente recebida, razão pela qual pressupõe a edição de prévio ato revogatório pelo Chefe do Executivo.
 - (E) a delegação poderá ser feita apenas em caráter excepcional e para situações de impedimentos ou ausências temporárias do Secretário.

Noções de Direito Processual Civil

51. Os Estados, o espólio, o condomínio e a massa falida serão representados em Juízo, respectivamente,
- (A) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.
 - (B) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
 - (C) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pela assembleia de condôminos e pelo juiz.
 - (D) por seus procuradores, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.
 - (E) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
-
52. Embora os atos processuais sejam públicos, os processos deverão tramitar em segredo de justiça quando
- (A) tratarem de cobrança de créditos públicos.
 - (B) tiverem como parte pessoa absolutamente incapaz.
 - (C) nele constarem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
 - (D) envolverem interesse de espólio.
 - (E) versarem sobre arbitragem, ainda que não haja sido estipulada cláusula de confidencialidade.
-
53. Os atos das partes
- (A) não demandam assistência, salvo se a parte for absolutamente incapaz.
 - (B) produzem, em regra, efeitos processuais imediatos, ressalvada a desistência da ação, que depende de homologação judicial.
 - (C) geram efeitos apenas se homologados pelo Juiz.
 - (D) não estão sujeitos à preclusão temporal.
 - (E) podem ser praticados, diretamente, por qualquer pessoa, goze ou não de capacidade civil.
-
54. O cônjuge necessitará de concordância do outro para propor ação
- (A) que tenha como objeto direito real mobiliário ou imobiliário, salvo se o casal houver casado no regime da separação absoluta de bens.
 - (B) que tenha como objeto direito real mobiliário ou imobiliário, salvo se o casal houver casado no regime da comunhão parcial de bens.
 - (C) possessória, ainda que não trate de composses nem de ato praticado por ambos cônjuges.
 - (D) personalíssima, independentemente do regime de bens.
 - (E) que tenha como objeto direito real imobiliário, salvo se casado no regime da separação absoluta de bens.



55. A execução

- (A) poderá ser instaurada se o devedor não satisfizer obrigação certa, líquida e exigível consubstanciada em título executivo, ainda que a obtenção do montante exequendo dependa de simples operações aritméticas.
- (B) implica imediata inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes, que só será baixada com o trânsito em julgado da decisão que extinguir o processo executivo.
- (C) deve ser proposta necessariamente no domicílio do exequente.
- (D) deve estar fundada em título executivo, assim entendido qualquer documento escrito que haja sido produzido pelo credor.
- (E) não pode ser ajuizada contra o espólio, que não possui personalidade jurídica.

56. As cartas

- (A) são chamadas precatórias quando se dirigirem a autoridade judiciária de outro país.
- (B) têm caráter itinerante.
- (C) não precisam ser cumpridas pelo juízo destinatário se este discordar de seu conteúdo.
- (D) podem ser expedidas apenas pelos juízos de primeira instância.
- (E) deverão ser expedidas preferencialmente em meio físico e encaminhadas pelos Correios.

57. Os prazos para a Fazenda pública são contados

- (A) em dobro para todas as manifestações processuais, salvo se a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- (B) em dobro para contestar e também para recorrer, salvo nos processos digitais.
- (C) sempre em dobro, ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- (D) em dobro para contestar e de forma simples para os demais atos.
- (E) de forma simples, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

58. A reconvenção

- (A) deve ser respondida pela parte contrária no prazo de 5 dias, contado da juntada da reconvenção aos autos digitais.
- (B) só pode ser proposta contra o autor.
- (C) não necessita conter valor à causa.
- (D) pode ser proposta independentemente da contestação.
- (E) segue a sorte da ação, não podendo ser analisada se houver desistência, pelo autor.

59. Os recursos

- (A) poderão ser interpostos contra os despachos, decisões interlocutórias e sentenças.
- (B) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, além de interromperem o prazo para interposição de outros recursos.
- (C) podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- (D) impedem, via de regra, a eficácia da decisão, apesar de não interromperem o prazo para interposição de outros recursos.
- (E) não poderão ser interpostos sem anuência de todos os litisconsortes.

60. O agravo de instrumento

- (A) só pode ser interposto durante a fase de conhecimento, até a decisão que realiza o juízo de admissibilidade da apelação.
- (B) só pode ser interposto durante a fase de conhecimento, até a sentença.
- (C) deverá ser dirigido ao juízo de primeira instância, que, depois de exercer juízo de retratação, o encaminhará ao Tribunal.
- (D) pode ser interposto contra qualquer despacho ou decisão interlocutória.
- (E) poderá ser interposto não só na fase de conhecimento mas também contra decisões interlocutórias proferidas nas fases de liquidação e cumprimento de sentença.